

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

**A potência do território na Casa de Cultura Fazenda
Roseira**

**São Paulo
2019**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

A potência do território na Casa de Cultura Fazenda Roseira

Stella Sanches

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais

Orientadora: Prof. Dra. Karina Poli

São Paulo
2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, pai, mãe, irmão e Alyne por me darem apoio emocional e estrutural para me tornar especialista. Às amigas CELACCianas pela parceria e pelas novas amizades gostosas. Às amigas de Campinas pela compreensão da ausência aos finais de semana e sintonia de pensamento. Sempre ao professor Juarez Xavier que me proporcionou visão ampliada do mundo. Agradeço à orientadora Karina Poli pela atenção e por tentar colocar meus pensamentos em ordem e à banca pelo carinho e apontamentos motivadores e construtivos. Agradeço aos Orixás, por estarem em tudo possibilitando toda a magia que é a vida.

Axé.

A POTÊNCIA DO TERRITÓRIO NA CASA DE CULTURA FAZENDA ROSEIRA¹

Stella Sanches²

Resumo: O presente artigo busca compreender de que forma a presença no espaço Fazenda Roseira trouxe maior poder de realização para a Comunidade Jongo Dito Ribeiro, que gesta a atual casa de cultura no município de Campinas/SP. Entende-se como poder de realização a parte simbólica da potência/axé, de acordo com a matriz africana ioruba enquanto território de união de pessoas. Tudo isso acontece em uma ocupação cultural no casarão da Fazenda Roseira, do século XIX, situado na periferia do município de Campinas, onde a gestão atual é feita de forma compartilhada da comunidade com o poder público municipal.

Palavras-chave: território, ocupação de bem material, Pontos de Cultura, Casa de Cultura Fazenda Roseira, patrimônio imaterial.

Abstract: This article tries to understand how the presence in the Roseira Farm area has brought greater power of achievement to the Jongo Dito Ribeiro Community, which runs the current house of culture in the city of Campinas / SP. It is understood as the power of realization the symbolic part of the power/axé, according to the African matrix Yoruba as territory of union of people. All this takes place in a cultural occupation in the 19th century Roseira Farmhouse, located on the outskirts of the municipality of Campinas, where the current management is done in a shared way of the community with the municipal public power.

Key rods: territory, tangible heritage occupation, Pontos de Cultura, Roseira Farm House of Culture, intangible heritage.

Resumen: El presente artículo busca comprender de qué forma la presencia en el espacio Hacienda Roseira trajo mayor poder de realización para la Comunidad Jongo Dito Ribeiro, que gesta la actual casa de cultura en el municipio de Campinas/SP. Se entiende como poder de realización la parte simbólica de la potencia/axé, de acuerdo con la matriz africana yoruba como territorio de unión de personas. Todo esto sucede en una ocupación cultural en el caserón de la Hacienda Roseira, del siglo XIX, situado en la periferia del municipio de Campinas, donde la gestión actual es hecha de forma compartida de la comunidad con el poder público municipal.

Palabras clave: el territorio, la ocupación de bienes materiales, Pontos de Cultura, Casa de Cultura Hacienda Rosada, patrimonio inmaterial.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais

² Pós-graduando em Gestão de Projetos Culturais pelo Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC-USP). Graduada em Comunicação Social com ênfase em Relações Públicas pela Unesp de Bauru em 2016.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca compreender de que forma a matriz africana está presente na gestão da Casa de Cultura Fazenda Roseira em Campinas/SP, que é um Ponto de Cultura pelo edital estadual. De acordo com a definição do termo matriz africana apresentada adiante a partir de Reginaldo Prandi, Pierre Verger e Darcy Ribeiro, analisam-se de forma qualitativa as influências nos campos subjetivo e objetivo das vivências no espaço estudado.

A Casa de Cultura Fazenda Roseira é gestada pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro. O grupo resgata a memória do Jongo³ a partir de Benedito Ribeiro, avô da líder do grupo - Alessandra Ribeiro - que trouxe a prática à cidade quando veio trabalhar na lavoura de café na década de 1930. O Jongo tem origem nas senzalas das fazendas de café do sudeste brasileiro, quando os escravizados se reuniam para dançar, tocar e cantar cânticos de resistência durante suas folgas.

Antigamente só os homens podiam entrar na roda por lidarem com fortes demandas⁴, mas atualmente cada comunidade⁵ insere sua própria identidade com as demandas ancestrais e atuais de cada uma, com temas como gênero e resgate ancestral. A roda é composta pelo toque dos tambores, pela dança e pelos pontos cantados que são como segredos daquele grupo, considerados sagrados e pessoais.

Alê, como é carinhosamente conhecida por todos que a conhecem, iniciou o resgate do Jongo campineiro no ano de 2000. Buscou na ancestralidade, a prática parada por mais de 40 anos em sua família, nos registros de seu avô.

O Jongo começou no Brasil no século XIX pelos negros de origem banto, nas fazendas cafeeiras, com mais força na região sudeste. Ele é uma manifestação cultural afro-brasileira, caracterizada pela dança em formato de roda, com o toque da percussão - composta por três tambores que representam a presença dos mais

³ O jongo é patrimônio cultural imaterial do Brasil desde 2005, por conta da sua permanência até os dias atuais, e de Campinas desde 2013, segundo dados do IPHAN e da Prefeitura Municipal de Campinas/SP respectivamente.

⁴ Demandas eram os desafios enfrentados pela comunidade e ainda hoje dão esse nome para o que precisam enfrentar no seu dia a dia.

⁵ Existe uma rede jongueira no sudeste do Brasil, mas refere-se neste trabalho às comunidades jongueiras do estado de São Paulo conhecidas e visitadas pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro em ação de salvaguarda da memória do jongo. A saber: Grupo Mistura da Raça de São José dos Campos, Quilombolas do Tamandaré de Guaratinguetá, Jongo do Tamandaré de Guaratinguetá, Jongo de Piquete, Jongo de Lagoinha, Jongo de Embu das Artes e Jongo Filhos da Semente de Indaiatuba.

velhos e da ancestralidade conectando o hoje com o passado - e pelos cânticos de resistência dos escravos. As letras cantadas simbolizavam a troca de experiências e a articulação entre os escravos e as comunidades jongueiras, caracterizado pelas conversas metafóricas como ação de resistência contra o processo escravatório.

Por seu histórico de luta, o jongo é também ação política e contato ancestral. É um saber que exige responsabilidade para que não se perca e seja passado adiante com todas as suas características. Com todos estes fatores, o grupo sempre se preocupa com medidas e ações para salvaguardar o jongo⁶.

A Comunidade Jongo Dito Ribeiro ocupou a sede da Fazenda Roseira a partir de 2008. O processo de partilha de toda a extensão da Fazenda Roseira está detalhadamente contado na dissertação de mestrado de Alessandra Ribeiro⁷, defendida em 2011, pela PUC Campinas. De forma resumida, o território da fazenda foi sendo dividido em glebas entre diversos proprietários desde a década de 1950, e sua divisão está diretamente relacionada ao processo de urbanização da cidade. Foi em 2007 que o Diário Oficial de Campinas anunciou o decreto 15.961 com a confirmação de um novo loteamento na Fazenda Roseira, o Terra Nature. No entanto, este era diferente dos anúncios de loteamento anteriores, pois se tratava de onde se localizava a sede da fazenda. Isso despertou diversos movimentos sociais e até mesmo as comunidades vizinhas a se manifestarem pelo sentimento de pertencimento e memória daquele espaço.

Segundo Alê em entrevista para esta pesquisa, o grupo do jongo resistiu dia e noite durante sete anos com diálogos e contatos estratégicos com pessoas que ocupavam cargos nas secretarias de interesses cultural e patrimonial. A pós sete anos conseguiram a assinatura do então prefeito Jonas Donizette aprovando a permissão de uso compartilhado com a prefeitura.

A comunidade já existia desde 2003 e se organizou para que a especulação imobiliária não tomasse o espaço que carrega a memória do período cafeeiro através de sua arquitetura. Quando da ocupação, o antigo proprietário estava depredando o espaço: carregando consigo partes da arquitetura da casa, como portas e janelas, para depois entregar a casa à demolição.

⁶ As ações de salvaguarda são definidas em conjunto com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para garantir a permanência de conhecimentos tradicionais mantidos pela oralidade, definidos como patrimônio histórico imaterial

⁷ Disponível em <<http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/97>>

O coletivo jongueiro conseguiu se instalar com o intuito de proteger sua estrutura e estética originais. Foi por meio das redes sociais e das tradicionais festas do grupo, como o Arraiá Afrojolino do Jongo Dito Ribeiro, que se conectaram com pelo menos 9.000 pessoas⁸ da sociedade civil de Campinas e região, aproximando pessoas à sua luta. Passaram por momentos difíceis, de luta, ameaças, mas principalmente de diálogos a fim de construir um futuro mais próspero para o espaço.

Atualmente funciona o Centro de Referência Jongueiras e Jongueiros do Sudeste Comunidade Jongo Dito Ribeiro (CR), que é o espaço que reúne o conhecimento humano, assim como documentos que salvaguardam o conhecimento do Jongo no sudeste. Este marco só foi possível por terem o amplo espaço da fazenda para se alocarem e produzirem eventos e projetos culturais.

Apesar de a Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CONDEPACC) do município de Campinas não considerar o tombamento do prédio, mesmo ele carregando memórias e histórias representativas da fase cafeeira do país através de sua arquitetura, existe uma relação de preservação mútua entre o espaço e a prática do Jongo. É o patrimônio imaterial que preserva o espaço e o espaço ajuda na salvaguarda do Jongo.

Considerando as diásporas africanas que tem o espaço como forma de resistência e de reterritorialização da África enquanto forma social, como coloca Sodré (1988), acredita-se que o espaço Fazenda Roseira tenha proporcionado a constituição do CR, dadas as condições de construção de um terreiro de Umbanda, que mantém vivas as raízes espiritualistas da comunidade, assim como um espaço de acervo de documentação da memória do jongo. Ocupar e gestar a fazenda também permite a realização de festas maiores que fortalecem a luta através do levantamento de verba e do aumento da rede.

Além disso, de acordo com a matriz africana, o amplo espaço que abrange uma nascente dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA), os aproxima da natureza e da cultura dos orixás que permeia todo o cotidiano do grupo segundo suas crenças. Isso permite a criação de animais, a manutenção da horta e a plantação de árvores de diversas espécies e com isso a criação de muitos projetos

⁸ Dado retirado da fanpage do Facebook: <https://www.facebook.com/fazendaroseira>

relacionados à educação e subsistência alimentar também seguindo as mesmas origens.

Para o início do trabalho, diante do desconhecimento parcial da pesquisadora em relação à história e ocupação da Fazenda Roseira, realizou-se entrevista semiestruturada com a Alê, para conhecer mais do objeto de pesquisa.

Após o contato inicial, optou-se pelo método de observação participante, no qual a pesquisadora frequenta a casa de cultura em seu dia a dia – festas, reuniões e encontros – como observadora. Nesse momento é importante a atenção aos cuidados necessários para o uso dessa ferramenta, como o limite de envolvimento, assim como saber se colocar como mulher, branca, privilegiada diante do saber e da cultura tradicional e sua ancestralidade.

As observações foram feitas em cinco visitas à Fazenda Roseira e três à Casa de Cultura Tainã com conversas com suas lideranças. A atenção à dialética e à práxis marxista foi essencial para a sequência do trabalho, pois o sujeito vira objeto e o objeto vira sujeito.

Dentre os cinco encontros subsequentes à entrevista, um deles foi em evento realizado no local, quando foi observado o público frequente, assim como o viés dado ao festejo. Nas demais visitas foi utilizado o diário de campo para registro das impressões de cada conversa, reunião e observação de ações da Casa de Cultura, como foi o caso do Roteiro Afro⁹ acompanhado.

Tem-se um espaço público ocupado por muitos anos, com pelo menos dois mandatos municipais diferentes e transições políticas de funcionários, cargos e órgãos. O histórico é longo, mas não só, pois também é intenso. Os projetos são muitos e carregados de sabedoria e conhecimento, com uma carga ancestral densa.

São eles:

- Roteiro Afro, desde março de 2009
- Plano de Salvaguarda Municipal da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, desde 2005
- CEPIMA - Centro de Ensino e Pesquisa Interdisciplinar de Matriz Africana, desde fevereiro de 2017.
- Pós Graduação em Matriz Africana - lato sensu, desde setembro de 2018.
- Centro de Referência Jongueiros e Jongueiras do Sudeste - Comunidade Jongo Dito Ribeiro – Campinas/SP (Exposição Permanente), desde 2012

⁹ Roteiro Afro é o nome dado à caminhada guiada realizada nas dependências da fazenda, quando algum membro do grupo explica as referências das construções, plantas e espaços e suas relações com a cosmovisão africana e a presença dos orixás em cada elemento.

- CEDOC - Centro de Documentação Edite Ribeiro Barboza: Centro de Documentação, Território, Memória e Patrimônio Cultural Negro em Campinas-SP, desde 2013
- Rede de Jongueiros de São Paulo/Encontro Paulista de Jongueiros
- Rede Juventude Jongueira do Sudeste e Rede de lideranças Jongueiras do Sudeste, desde 2003
- Sou África em Todos os Sentidos, desde novembro de 2009
- Samba para São Jorge, desde abril de 2015
- Encontro de Juventude de Terreiro, desde janeiro de 2014
- Culinária Jongueira, desde março de 2002
- Agricultura Quilombola: Projeto Oxossi-Okê Arô, desde 2009
- Projeto Ossain, desde 2008
- Projeto Oxum, desde 2015
- Mitologia e jogos africanos, desde 2008
- Minha Coroa é um Torço, desde 2014
- Toques e Tambores, desde 2003
- Mãos de Criação e figurinos, desde 2010
- AfroHacker, desde 2009
- Cursos e Formação da lei 10639-03 e educação patrimonial, desde 2003
- Pisa na Tradição, desde 2000
- Arraial Afro Julino do Jongo Dito Ribeiro, desde 2003
- Feijoada das Marias do Jongo, desde 2005
- Carnaroseira (bienal), desde 2013

O primeiro evento observado foi o “Samba da (Re)existência” realizado na própria fazenda, como forma de resistência em relação à campanha eleitoral presidencial de 2018. Foi um evento composto por shows de samba com bandas parceiras e pela roda de jongo, tradicional em seus eventos. O segundo encontro com participação foi a primeira gira¹⁰ aberta do terreiro CEMA, pois todas as outras eram fechadas para o grupo com o intuito do contato com a ancestralidade e trabalho espiritual.

Os demais encontros – totalizando três dias – foram realizados de forma mais próxima, com o intermédio de terceiro, também ativo na rede de pontos de cultura e integrante de outro coletivo da cidade. Surgiu a oportunidade de contato com o líder de outro ponto de cultura parceiro do jongo, TC, da Casa de Cultura Tainã, que agregou bastante para as considerações finais da pesquisa. Os encontros foram para debater a comunicação e estratégias futuras dos pontos de cultura, frente ao desmonte das políticas culturais no país.

¹⁰ Gira é o nome dado ao encontro espiritual na Umbanda, quando os orixás e os espíritos conselheiros de caboclos, pretos velhos, baianos e malandros vem girar (dançar) e trazer axé em forma de boas energias a quem as busca e ao espaço.

Todos os dados foram compilados em um diário de campo com as impressões e informações relevantes que poderiam ser relacionadas ao fenômeno observado.

Também através desses encontros, foi possível o acesso a documentos internos da Casa de Cultura Fazenda Roseira, como é o caso da revista do CR, diagramada em parceria com o coletivo NINA, também da rede de pontos de cultura da cidade, que relata a viagem da Comunidade Jongo Dito Ribeiro pelo estado de São Paulo a encontro das outras comunidades jongueiras do estado. Também foi usado como referência o portfólio com todos os projetos desenvolvidos pela comunidade, montado pelo coletivo.

Com tais participações foi possível ter maior conhecimento sobre o tema tratado e até compreender algumas das atuais dificuldades enfrentadas pelo grupo e pelos pontos de cultura, de modo geral. Foi possível compreender algumas relações e ter noção da importância delas, da mesma forma que permitiram o levantamento de dados primários e secundários sobre o objeto estudado.

Trata-se neste artigo de uma cultura popular tradicional, que foi subalternizada¹¹ dentro da sociedade, principalmente no ambiente urbano. As culturas subalternizadas, segundo Sodré (1988) que não se enquadram no bloco pasteurizado trazido de outras localidades, com padrões de consumo e até costumes pré-estabelecidos, tentam acima de tudo manter sua identidade cultural sem necessariamente se enquadrarem na cultura perversa imposta por sistemas políticos excludentes.

Dessa forma, traz-se a discussão para a questão das territorializações, ou desterritorializações. Quem está inserido onde e quem tem acesso a quê faz parte da análise das decisões no meio urbano.

Com a aproximação ao fenômeno pesquisado, pensa-se o espaço da fazenda em si, não mais da cidade – considerando sua localização na periferia do espaço urbano e todas as suas implicações – pensa-se o espaço como uma forma

¹¹ Definem-se como culturas colocada em oposição às culturas hegemônicas, que estão à frente do poder político e econômico, de acordo com Canclini (2008).

de resistência e da reterritorialização¹² da África. Levando em conta a parte mais sutil da percepção da cosmologia¹³ africana.

Segundo Sodré (1988), o espaço é fundamental para as culturas que não são hegemônicas. Os exemplos fundamentais são: a casa própria para a cultura popular e a terra para os assentamentos. Com base na visão nagô¹⁴ sobre as diásporas, o espaço é ressignificado como forma de resgate da ancestralidade e de reterritorialização.

O exemplo do terreiro, característico da religiosidade de misturas africanas, como é o caso do Candomblé e da Umbanda, é uma forma de resistência que remonta a África, trazendo a presença dos Orixás e da forma social, até mesmo arquitetônica, da região de origem das comunidades.

Tudo isso implica na aproximação e no contato entre as pessoas. O essencial nessa forma de organização é o reconhecimento da necessidade do outro; das trocas e aprendizados interpessoais. Diante disso, percebe-se a importância do corpo e da corporeidade e as possibilidades de se pensar fora da cabeça: compreender os sinais do corpo e tirar conhecimento a partir dele. É um conceito africano, segundo Sodré (idem), analisar o próprio corpo e suas sensações e tirar conclusões a partir daí. Como se fosse uma pesquisa em um instrumento que é individual e particular: o corpo.

Portanto, segundo o mesmo autor, a lógica do terreiro implica em três pontos essenciais: o espaço e sua potência – poder de realização - o corpo e a educação iniciática através das pessoas, da fala e do axé; e a valorização do filho, implicando no acúmulo de gente e não de coisas.

Alinhado a todos esses conceitos, pensa-se na importância dos territórios e das pessoas dentro da política de Pontos de Cultura, que, segundo Turino (2010, p. 15) “Ponto de Cultura é mais que uma política pública em construção, é um conceito e talvez uma teoria.”.

Seu objetivo, enquanto secretário da cidadania no ministério de Gil foi destrinchar os diversos espaços no Brasil, com a intenção de

¹² Trazer o território e seus símbolos para um novo espaço, típico das culturas diaspóricas, como é o caso de muitas etnias que vieram de África no período da escravidão nas Américas.

¹³ Termo definido por Viveiros de Castro (2002, p. 27) como a “conceituação dos seres vivos, sobre a lógica do sensível que subjaz ao regime alimentar dos humanos e sobre processos de fabricação e metamorfose corporal.”.

¹⁴ Denominação para os povos vindos da região da atual Nigéria no continente africano,

Desvelar, apontar caminhos, compreender realidades. E aproximar. Aproximar pessoas, contextos, formas de interpretação. Ao aproximar, se não tirar o véu, ao menos torná-lo mais transparente, translúcido; quebrar hierarquias e construir novas legitimidades. (idem, p. 16)

As narrativas contadas por seus próprios protagonistas, e não pela voz do outro, pertencente às classes hegemônicas, são as riquezas buscadas pelos agentes culturais dos Pontos de Cultura.

Para arrematar a ideia dos pontos e da intenção de compreender o poder de realização dos espaços e das pessoas, Turino coloca que

O Ponto de Cultura não se enquadra em fôrmas; nem é erudito nem é popular; também não se reduz à dimensão da “cultura e cidadania” ou “cultura e inclusão social”. Ponto de Cultura é um conceito. Um conceito de autonomia e protagonismo sociocultural. Na dimensão da arte, vai além da louvação de uma arte ingênua e simples, como se ao povo coubesse apenas o lugar do artesanato e do não elaborado nos cânones do bom gosto. Pelo contrário, busca sofisticar o olhar, apurar os ouvidos, ouvir o silêncio e ver o que não é mostrado. (ibidem)

A Comunidade Jongo Dito Ribeiro ocupando a Fazenda Roseira traz a responsabilidade para seus corpos que tem a liberdade de ter um espaço seu de comunhão. A necessidade básica de se ter um espaço que é solicitado pelas culturas não hegemônicas é honrada pela luta e conseqüente permissão pública, depois da mobilização dos movimentos sociais na cidade e posterior assinatura do então prefeito Jonas Donizette, em 2014.

A questão aqui é pautar o diálogo entre a realidade e os conceitos básicos de cultura e civilização, na intenção de humanizar os discursos, as ações e as relações nos coletivos.

1. O PODER DE REALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

*“Pra gente não faz sentido falar da gente sem falar dos nossos”
Alessandra Ribeiro, líder da Comunidade Jongo Dito Ribeiro¹⁵*

A Comunidade Jongo Dito Ribeiro existe em torno dos pilares da ancestralidade e do resgate da memória da prática dessa manifestação afro-

¹⁵ Fala de Alessandra Ribeiro na entrevista concedida à pesquisadora em outubro de 2018.

brasileira. Segundo as pesquisas do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), “o jongo é uma forma de expressão afro-brasileira que integra percussão de tambores, dança coletiva e práticas de magia.”¹⁶. Os pontos cantados eram, originalmente, a forma de comunicação dos escravos, sendo que

a poesia metafórica do jongo permitiu que os praticantes se comunicassem por meio de pontos que os capatazes e senhores não conseguiam compreender. Sempre esteve, assim, em uma dimensão marginal onde os negros falam de si, de sua comunidade, através da crônica e da linguagem cifrada.(idem, p. 2)

Na comunidade de Campinas, Alessandra disse, na primeira entrevista, que os participantes são atraídos pela ancestralidade não necessariamente sanguínea. Hoje em dia cada grupo determina as suas condições de funcionamento e normalmente são abertos a todo o público. É a partir dos integrantes que se forma a rede principal que apoia a causa do jongo no município de Campinas e também da Casa de Cultura Fazenda Roseira, tornando-se as cabeças pensantes e os corpos que fazem acontecer.

A própria salvaguarda do jongo proposta pelo IPHAN determina que ele seja disseminado através da educação, da prática e das apresentações que agora também acontecem em forma de espetáculo, e não mais somente em datas comemorativas e especiais como era no período escravocrata.

O local de encontro precedente à sede da Fazenda Roseira era no mesmo bairro, na casa de Dona Maria Alice Ribeiro, filha caçula de Benedito Ribeiro. Desta forma, a fazenda sempre esteve ao alcance da vista dos integrantes do grupo, principalmente das três mulheres que lideram o grupo – Maria Alice, Alessandra e Bianca: quinta filha, neta e bisneta de Dito Ribeiro, respectivamente.

O período de sete anos de ocupação, quando ainda não tinham a permissão de uso, é simbólico na cosmovisão africana, segundo Alê, pelo número 7 representar um ciclo inteiro para essa cultura. Os anos de 2008 até 2015 foram de muito diálogo com o poder público, que segundo Alê, “se são pessoas como eu, a gente tem que conseguir uma comunicação”, falando sobre não distanciar os órgãos do poder público das ações sociais. Em 2015 conseguiram a assinatura do prefeito Jonas Donizette que permitia o uso do espaço como sede do jongo.

¹⁶ Fonte: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Jongo_patrimonio_imaterial_brasileiro.pdf> com acesso em 16/01/2019 às 22h.

Os primeiros projetos enquanto comunidade, que datam de antes da ocupação da Roseira, são: 1- “Roda da Mãe Preta do Jongo”: evento anual do dia 20 de novembro que foi a 1ª ação do grupo; 2- “Arraiá Afrojulino do Jongo Dito Ribeiro”: que acontecia no quintal da casa da Dona Maria Alice servindo canja e canelinha¹⁷ desde 2003. Hoje o evento acontece todo segundo sábado de julho, reúne mais de 5.000 pessoas por edição e marca o reencontro do grupo com o jongo; 3- “Feijoada das Marias do Jongo”: é um encontro que homenageia as ‘Marias’ da comunidade, que são as filhas Maria Aparecida e Maria Alice de Dito Ribeiro, com uma feijoada típica de suas raízes, compartilhada com os amigos, parceiros e comunidade em geral, que acontece desde 2005 e hoje continua fazendo sucesso frente a seu grande público.

Mesmo com os projetos já existentes, a ida para a fazenda permitiu a criação de muitos outros, sendo o primeiro deles o “Sou África Em Todos os Sentidos”, que simboliza a consolidação das inúmeras parcerias, funcionando como a abertura de espaço para a conexão com outros grupos, onde ensinam através de oficinas, vivências e exposições, desde novembro de 2009. O projeto também acontece atualmente e concretiza o comprometimento com o fomento da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino das culturas africana e indígena e a história dos seus povos da perspectiva deles nas escolas. Ele se torna real no momento em que ocupam o espaço e representa a externalização de tudo o que pensam sobre africanidade e Brasil. O projeto trabalha com olfato, paladar, tato e visão, estimulando os sentidos do corpo para o reconhecimento da africanidade que está em cada um.

Foi em 2009 que o grupo participou do edital de Pontos de Cultura pelo estado de São Paulo com o projeto “Duas Marias e Uma Edite”, que falava da relação intergeracional entre jovens e idosos. A partir de então passaram a integrar a rede de pontos de cultura nacional. À época, a verba era de 60 mil reais por ano, por três anos seguidos, com a intenção de alavancar grupos que já tinham potencial mesmo sem verba, incentivando, assim, a serem agentes multiplicadores da gestão cultural. A entrada para a rede de pontos de cultura gera “narrativas que

¹⁷ Duas iguarias representativas da culinária afro que eram a centralidade da festa realizada, no início, para não mais de 100 pessoas. A partir do segundo ano de realização já foram atraídas 800 pessoas à festa, tamanho o poder e comunicação e conexão da comunidade.

estabelecem um diálogo a partir da voz de quem faz a própria cultura e não pela voz do outro”, segundo Turino (2010, p.16).

Os Pontos de Cultura integram o Programa Cultura Viva, no entanto, um não é dependente do outro. Segundo o Ministério da Cultura, “Pontos de Cultura são grupos, coletivos e entidades de natureza ou finalidade cultural que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades e em redes.”¹⁸

É através da percepção do conceito de Ponto de Cultura comparado ao funcionamento da Casa de Cultura Fazenda Roseira, sabendo que a partir da assinatura de permissão de uso se iniciou a gestão compartilhada do espaço entre a prefeitura municipal e a comunidade jongueira, que se traça a comparação com o que Turino afirmou em uma entrevista em 2013¹⁹

(...) o conceito de Cultura Viva é o de Estado-Rede. (...) E isso implica em aprendizado mútuo, em que o Estado precisa aprender a conversar com o povo e o povo precisa se aprimorar dos mecanismos de gestão do Estado. (...) No máximo, o estado atende uma relação de assistência e dependência. No Cultura Viva , não era isso; o protagonismo era fomentado.

De acordo com o que é colocado por Célio Turino em relação ao que envolve a política dos pontos de cultura, sabe-se que na prática, a prefeitura fica com a parte estrutural de arcar com os custos de água e energia, enquanto a comunidade divide as tarefas entre seus integrantes e entre os dias da semana. Cada dia da semana é dedicado a uma área da gestão da casa e assim os projetos ganham corpo e força dentro do espaço conquistado via mobilização social.

Existe também uma forte conexão com as outras comunidades jongueiras do estado de São Paulo. A comunidade Jongo Dito Ribeiro visitou outras oito cidades com raízes jongueiras: Indaiatuba, São José dos Campos, Guaratinguetá, São Luiz do Paraitinga (que tem as raízes, porém nenhum grupo organizado), Piquete, Lagoinha, Embu das Artes e Cunha, que obtiveram registros da existência do jongo. Foi através dessa caravana que conceituaram a importância da salvaguarda do patrimônio imaterial do jongo como

¹⁸ Informação retirada dos sites oficiais dos órgãos responsáveis pela manutenção dos Pontos de Cultura e pela abertura de editais de inscrição com acesso em dezembro de 2018

¹⁹ Disponível em <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=215102> com acesso em 21/01/2019 às 16h20.

A compreensão das comunidades jongueiras, quando herdeiras de um patrimônio e memória coletiva sobre o passado, descendência de africanos que foram escravizados e que ativamente participaram da construção da sede da Fazenda Roseira, possibilitou a compreensão de que salvar o Jongo, também era salvar o lugar da prática do jongo e, contribuir para a elaboração de políticas e apoiar na reconstrução do território negro e jongueiro em Campinas/SP, que sofre diariamente com apagamentos promovidos por diversas forças.²⁰

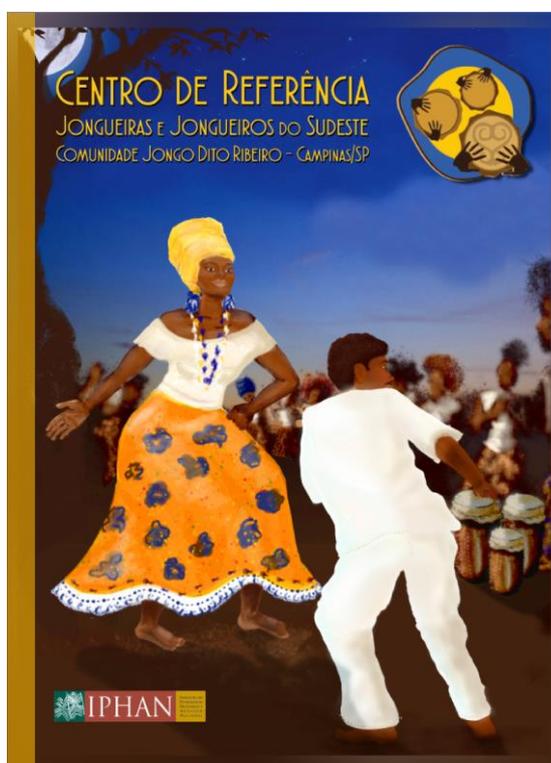


Figura 1: Capa da revista da citação acima. Imagem cedida pela liderança da comunidade

A criação do CR do Jongo Dito Ribeiro, que foi o primeiro do estado, segundo Alessandra, se deu através do diálogo com a superintendência do IPHAN em São Paulo, o qual se propõe a implementar o CR, se o município garantisse a permanência do grupo na Fazenda Roseira. Quando a permissão de permanência foi assinada, o IPHAN os ajudou estruturalmente por meio de edital público. A parte de pesquisa, viagens e captação de informações junto com os outros grupos foi toda por iniciativa da comunidade, construindo uma política de jongueiro para jongueiro com total autonomia.

²⁰ Relato dos jongueiros que foram na caravana pelo estado de São Paulo com registro na revista do Centro de Referência Jongueiras e Jongueiros do Sudeste: Comunidade Jongo Dito Ribeiro – Campinas/SP, publicada em parceria do IPHAN com a Comunidade Jongo Dito Ribeiro.

Com isso, o CR teve desdobramentos que propiciaram a criação de novos órgãos dentro dele. São eles: CEDOC - Centro de Documentação Edite Ribeiro Barboza que é o centro de documentação, território, memória e patrimônio cultural negro em Campinas/SP, que funciona como acervo e centro de pesquisas aberto ao público sobre a cultura e a presença negra em Campinas; o CEPIMA - Centro de Ensino e Pesquisa Interdisciplinar de Matriz Africana que consiste em um grupo de estudo que objetiva reunir pesquisadores das diásporas africanas; e o CEMA – onde realizam giras de Umbanda semanais para cuidarem da ancestralidade da comunidade jongueira e prestarem caridade.

2. O SAGRADO E A MATRIZ AFRICANA

Por seguirem a cosmovisão de matriz africana, as lideranças e parte dos integrantes da Comunidade Jongu Dito Ribeiro cultuam os orixás, que estão inseridos na Umbanda enquanto religião. Neste trabalho não nos interessa aprofundar na religião seguida pelo grupo, mas sim nos significados trazidos pelo culto aos orixás que se estende por todos os âmbitos do cotidiano.

Para conceituar a matriz africana lembremo-nos um pouco da história da vinda dos negros escravizados às terras brasileiras. Segundo Ribeiro (2006) os primeiros africanos a chegarem ao Brasil vieram da Costa Oeste, o chamado Ciclo da Guiné. Depois vieram os Bantus, de Angola e Congo (região da África Central Atlântica), em seguida do Benin (costa leste). Os Bantus trouxeram as tecnologias da cerâmica, da agricultura, da criação de gado e dominavam a metalurgia, além de terem deixado grandiosa herança no vocabulário brasileiro. Está inserido na sua cultura o sagrado que permeia toda a vida Bantu, e acreditavam no visível e no invisível e na interação desses mundos.

Na sequencia chegaram os daomeanos (gêges) e os iorubas (nagôs). No entanto, segundo Verger (2002), parece que os rituais iorubanos de adoração aos deuses, os que cultuavam os orixás, é que serviram de modelo às etnias que já estavam na Bahia e que se mantiveram mais fortes atualmente, tanto na Bahia, depois Rio de Janeiro e em todo o território brasileiro. O culto aos orixás também influenciou a criação das casas de Candomblé e de Umbanda pelo país.

Na África iorubana, cada cidade era regida por um orixá. Contudo, na diáspora vieram os cultos a alguns orixás específicos que se “adaptavam” à vida no novo continente.

A religião dos orixás está ligada à noção de família. A família numerosa, originária de um mesmo antepassado, que engloba os vivos e os mortos. O orixá seria, em princípio, um ancestral divinizado, que, em vida, estabeleceria vínculos que lhe garantiam um controle sobre certas forças da natureza, como o trovão, o vento, as águas doces ou salgadas, ou, então, assegurando-lhe a possibilidade de exercer certas atividades como a caça, o trabalho com metais ou, ainda, adquirindo o conhecimento das propriedades das plantas e de sua utilização. O poder, àse, do ancestral-orixá teria, após a sua morte, a faculdade de encarnar-se momentaneamente em um de seus descendentes durante um fenômeno de possessão por ele provocada. (idem, p.18)

Já que “vinham com os escravos, não só cativos para o trabalho, mas sua personalidade, sua maneira de ser e se comportar, suas crenças” (ibidem, p.23), a ancestralidade tão buscada pela comunidade de jongo tem como referência esta visão de mundo, denominada cosmovisão africana, onde o sagrado está intrinsecamente inserido.

Cada orixá cultuado tem seu mito criacionista, que traz arquétipos muito lembrados na vida atual. Os mitos dos orixás “relatam uma infinidade de situações envolvendo os deuses e os homens, os animais e as plantas, elementos da natureza e da vida em sociedade.” (PRANDI, 2001, p.24).

Alguns projetos da Casa de Cultura levam nome de orixás, como é o caso do “Oxóssi: Okê Arô”, já que Oxóssi é o orixá do plantio e das matas e Okê Arô é a saudação a esse orixá no idioma iorubano. Esse projeto dá nome às ações relacionadas ao plantio de alimentos e conscientização em relação às matas. O “Projeto Ossain” acontece desde 2008, e é relacionado ao orixá que domina as ervas, dá nome ao herbário e ao projeto de etnobotânica e saúde tradicional. Também tem o “Projeto Oxum”, que é a orixá mãe das águas doces e das cachoeiras e desde 2015 dá nome ao projeto de proteção aos córregos e nascentes que estão no território da fazenda.

Além desses, também tem o “Sou África em Todos os Sentidos” com o seu painel ilustrado por diversos orixás cultuados no Brasil, como representado na Figura 2, o projeto “Mitologia e Jogos Africanos” que é um estudo permanente sobre os contos e a mitologia africana que são repassados de geração em geração de forma oral. Mesmo assim, com todos esses projetos nomeados de forma mais direta

em homenagem aos orixás e ao que acreditam e cultuam, a intenção é mostrar à sociedade a presença e a grandiosidade dos orixás de forma mais abrangente na vida deles.



Figura 2: pintura dos orixás como ilustração do projeto Sou África em Todos os Sentidos

As festas, que também são projetos do grupo e da Casa de Cultura, são essenciais para que se mantenham financeiramente e também para cumprirem sua missão frente à sociedade, permite arrecadação de verba e a disseminação da cultura praticada ali: a dança, a música, o canto e as cerimônias fazem parte da sua essência.

Verger (2002) também fala sobre a importância das festas nas culturas de terreiro: a mistura do ritmo dos atabaques (que representam a presença dos mais velhos tanto no jongo quanto nas festas aos orixás), o ritmo da música, o canto, a dança e as comidas e bebidas típicas mostram respeito à ancestralidade e trazem a energia dos orixás para perto.

3. DESAFIOS ATUAIS

Mesmo sendo uma gestão compartilhada com a prefeitura do município, o espaço é grande e antigo, necessitando de investimentos com mais atenção. As festas e apresentações do jongo, principalmente, são o que os mantém financeiramente e na popularidade. O grupo também tenta se articular para atrair mais escolas para o Roteiro Afro, que é pago em uma quantia por visitantes e por alunos.

Diante desse cenário, muitos desafios são encontrados. Um deles é a especulação imobiliária que avança sem precedentes, se sobrepondo ao espaço público. Todo o entorno da fazenda já possui prédios colados às suas fronteiras. Diante disso deve-se lidar com a “(...) fragilidade institucional que o IPHAN apresenta na discussão da conservação dos bens tombados, sendo, em muitas vezes, sobrepujado por políticas locais de interesses privados.” (ZANOLI, 2017, p.3).

No caso, nem o CONDEPACC ajudou através do tombamento do prédio. Quem garante a preservação do espaço atualmente é a comunidade do jongo, criando uma relação de mutualismo entre o patrimônio imaterial e o patrimônio material, onde um ajuda a manter o outro.

O desafio dos condomínios invadindo o espaço público mostra outra problemática atual exposta por Dunker (2015) sobre a condominização e a criação de muros que simulam comunidades superprotegidas em universos criados pelo bem da segregação. “É em nome da insegurança, da indeterminação, do estranhamento e de seus consequentes juízos de diferença que se formam muros, arenas e jardins, espaços protegidos no interior dos quais o conflito pode ser administrado.” (DUNKER, 2015, p.54).

A construção de inúmeras torres em volta da fazenda fez com que muitas festas tradicionais fossem alteradas e até canceladas para manter a boa vizinhança. Os prédios chegam a invadir a privacidade da casa de cultura e o barulho sobe diretamente para os apartamentos. Alessandra conta dos sentimentos ao ver a invasão e o desmatamento quando começaram as edificações.

Alessandra sempre dialogou bem com os diversos grupos da sociedade: tanto com o poder público de todas as instâncias, quanto com a rede da sociedade civil, sendo negros, brancos e de quaisquer religiões. Mas a verba para os projetos e para a manutenção de toda a estrutura sempre veio de editais públicos, sempre com financiamento do estado de São Paulo ou do Ministério da Cultura, com ajuda e apoio do município, como é o caso do Cultura Viva e da política dos Pontos de Cultura. Na situação atual de incertezas e de recém-extinção do Ministério da Cultura por decisão do novo governo federal, foi exigida uma mudança no posicionamento dos coletivos, partindo para ações mais ativas em busca de verba de empresas, financiamentos coletivos e fortalecimento na mobilização da sociedade civil.

Segundo Xavier (2013), “os coletivos culturais de produção e criação apropriam-se desses artefatos capilarizados e produzem conteúdo contra o status quo político, econômico e social.” Portanto, a Casa de Cultura Fazenda Roseira e a Comunidade Jongo Dito Ribeiro seguem sendo resistência, disseminando a cultura africana nagô para a sociedade e, dessa forma, uma visão não hegemônica que se mostra possível.

Diante do presente cenário, questiona-se de que forma o território da Fazenda Roseira fortalece as lutas da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, tanto nas questões políticas e sociais, quanto na questão simbólica e sagrada da matriz africana. Utilizando das palavras de Sodré (1988), de que forma esse território traz maior “poder de realização” para o grupo, sendo traduzido em maior potência, força ou axé.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos diversos contatos por conversas formais e informais com as lideranças da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, com parceiros de outros pontos de cultura e no levantamento de dados secundários através de documentos internos do grupo, as informações essenciais que ficaram é da importância política dos pontos de cultura para a manutenção de identidade e memória de um povo perpetuada através do espaço, de corpos que se movimentam e, claro com a importância do registro.

O testemunho de Alessandra que arrematou a busca pelas peças que completam o quebra-cabeça da pesquisa em relação ao território, foi quando ela disse despretensiosamente que a principal forma de potência conferida ao território são os próprios corpos. Os corpos levam um universo inteiro em si mesmos, e quando em movimento tem a capacidade de modificar padrões, como ressalta Sodré (1988, p.123)

Corpo território: todo indivíduo percebe o mundo e suas coisas a partir de si mesmo, de um campo que lhe é próprio e que resume, em última instância, a seu corpo. O corpo é lugar-zero do campo perceptivo, é um limite a partir do qual se define um outro, seja coisa ou pessoa. O corpo serve-nos de bússola, meio de orientação com referência aos outros. Quanto mais livre sente-se um corpo, maior o alcance desse poder de orientar-se por si mesmo, por seus próprios padrões. Claro, se nos movimentamos, altera-se o sistema de movimentação: os objetos podem ocupar o lugar-zero, descentrando-se o sujeito individual da percepção.

Então além do já colocado anteriormente, com referência ao mesmo autor, sobre os espaços que são forças especiais e carregados de histórias essenciais para a compreensão da territorialidade, da preservação e resgate da memória de cada local e para a compreensão da relação atual de um povo com seu espaço. O território é uma extensão do corpo, existindo e resistindo como microcosmo do todo universal.

O jongo, como movimento de resgate e contemporaneidade, simultaneamente, se faz político por mostrar seu espaço no mundo – o espaço de identidade negra – no qual o místico, a dança, o canto e a arte africana se mostram presentes através dos corpos que resistem.

Da mesma forma, o coletivo é essencial para a luta e também na cosmovisão africana. Como falado pela líder Alê, o fato de a união se fazer não só por laços sanguíneos, o conceito de família se relaciona a outros fatores.

De fato, por trás da transmissão de bens (econômicos e simbólicos) operada por esse grupo patrimonial chamado “família”, encontra-se a “linhagem”, ou seja, o conjunto das relações de ascendência e descendência regido por uma ancestralidade que não se define apenas biologicamente, mas também política, mítica, ideologicamente. Patrimônio é algo que remete à coletividade, ao antiindividualismo (idem, p.69)

O patrimônio imaterial da comunidade só é possível pela união do coletivo e isso se refere à frase de Alessandra sobre “pensar os nossos”. A materialização das ações na Casa de Cultura Fazenda Roseira se dá através das muitas forças – muitos corpos – se unindo em um fim, e também meio, comuns. Tanto das lideranças de outros pontos de cultura, quanto da rede de pontos de cultura pensando projetos de forma conjunta. É uma questão de ideologia e de afinidade que reúne pessoas no mesmo espaço.

Sobre a origem do jongo nas senzalas, que já era uma manifestação de resistência e alternância de falas, onde o escravo que detinha o poder da comunicação, e o retorno do jongo para o seu lugar de origem – a fazenda. Esse é o caso do Jongo Dito Ribeiro, que saiu do quintal de Dona Maria Alice e voltou a ocupar o espaço de uma fazenda, agora liderando o espaço e não mais na senzala, o que simboliza a resistência à cultura hegemônica.

A dança é um jogo de descentramento, uma reelaboração simbólica do espaço. Considera-se a dança do escravo. Movimentando-se no espaço do senhor, ele deixa momentaneamente de se perceber como puro escravo e refaz o espaço circundante nos termos de uma outra orientação, que tem a ver com um sistema simbólico diferente do manejado pelo senhor e que rompe limites fixados pela territorialização dominante (ibidem, p.123)

Portanto, fica clara a função política do território ocupado pelo grupo de jongo, como explicitado por Alessandra, além do contato direto com os funcionários do poder público, existe a ação política simbólica por trás da dança e dos corpos livres reunindo diversas e inúmeras pessoas em torno da cultura, da ancestralidade de matriz afro e de uma manifestação artística da época da escravidão.

A memória é essencial para uma nação, como reflete a famosa frase da historiadora Emília Viotti da Costa "Um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado.". Como o acontecimento recente²¹ da destruição de grande parte do acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro pela queimada ocorrida em decorrência do sucateamento desse órgão tão importante para a memória cultural, antropológica e arqueológica nacional, a falta de investimentos no patrimônio material e imaterial da nação acarreta em grandes danos para a formação de um povo.

Ainda de acordo com Sodré (1988, p.66), "(...)consolidar uma identidade cultural própria e firmar-se no território brasileiro era uma questão política crucial.". O autor fala no passado por ser em relação à primeira Constituição brasileira de 1824, no entanto a referência é válida ainda hoje, principalmente no momento político atual de mais intolerância em relação a gênero, raça e religião.

Denominados quilombos urbanos, como são os casos da Casa de Cultura Fazenda Roseira e da Casa de Cultura Tainã, os espaços remetem e refazem formações sociais tanto da África, no caso da diáspora, quanto dos grupos de resistência durante a escravidão. Esses, que eram denominados "mocambos" pelos escravos, levaram o nome de quilombos, em realidade, pela visão europeia.

Assim, os espaços que aqui se "refaziam" tinham motivações ao mesmo tempo míticas e políticas. Veja-se o caso do *quilombo*: não foi apenas o grande espaço de resistência guerreira. Ao longo da vida brasileira, os quilombos representavam recursos radicais de

²¹ O incêndio ocorreu em setembro de 2018 < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/09/incendio-no-museu-nacional-completa-uma-semana-e-segue-sem-respostas.ghtml>>

sobrevivência grupal, com uma forma comunal de vida e modos próprios de organização (ibidem, p.64)

Com relação à presença no município,

A luta se torna então uma retomada da cidade por este cidadão conectado, em busca do direito de utilizar a cidade de forma gratuita e continuada (...). O autor aponta que esses movimentos conectados buscam uma nova cultura econômica e política.”(ZANOLI F.,2017, p.6 apud CASTELLS, 2013).

Percebe-se, portanto, uma realidade simbólica subjetiva muito presente nesse ambiente, assim como em outros Pontos de Cultura, que vai além da visão ocidental industrial que preza pela valorização do tempo e do sentido das ações. Existe ali forte valorização do espaço e da potência inserida, não só no território, mas também nas histórias, nas pessoas e nos corpos, que também são territórios utilizados como ato político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUNKER, Christian Ingo Lenz.** *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MARTINS, Alessandra Ribeiro.** *O Jongo da Casa Grande*. Congresso de Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2012. Disponível em <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Alessandra-Ribeiro-Martins.pdf>>
- MARTINS, Alessandra Ribeiro.** *Requalificação Urbana: a Fazenda Roseira e a comunidade Jongo Dito Ribeiro Campinas/SP*. Campinas: PUC-Campinas, 2011.
- PRANDI, Reginaldo.** *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- RIBEIRO, Darcy.** *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. 2ªEd. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SODRÉ, Muniz.** *O Terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.
- TURINO, Célio.** *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima*. 2ªEd. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.
- VERGER, Pierre Fatumbi.** *Orixás: Deuses Iorubás na África e no Mundo Novo*. 6ª Ed. Salvador: Corrupio, 1981.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo.** *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- XAVIER, Juarez Tadeu de Paula.** *Teorias Antropológicas*. 1ªEd., rev. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.
- ZANOLI, Fabrício.** *Ocupação popular em patrimônio: a luta pelo direito a cidade e o conflito com a memória*. XVII ENANPUR. São Paulo: 2017.

APÊNDICES**APÊNDICE A - Questionário de Entrevista 1**

- Qual a história da ocupação da Fazenda Roseira?
- Quem faz a gestão?
- Quem frequenta?
- Como se financiam?
- Quais atividades têm aqui?
- É um Ponto de Cultura de SP? Qual a verba?
- Quais são os parceiros?
- Como é a relação com o serviço público?

APÊNDICE B – Transcrição de Entrevista Semiestruturada com Alessandra Ribeiro

Alessandra: De 2008 até 2015 era uma ocupação cultural que a gente não tinha nenhuma segurança. O que a gente tinha efetivamente nesse período? Nós tínhamos o **Plano de Salvaguarda do Jongo do Sudeste**. Porque **o Jongo se torna um patrimônio cultural nacional em 2005**. Então, nós tínhamos...De 2005 a 2011, nós construímos o Plano de Salvaguarda do Jongo do Sudeste.

Stella: Vocês mesmos que construíram esse plano?

A: Nós, comunidade do Jongo geral. E nas nossas demandas, da nossa comunidade do jongo de Campinas, desde esse momento, a gente já apontava que era a Casa de Cultura Fazenda Roseira como nosso Centro de Referência (CR) do Jongo. Que **os Centros de Referências são uma das linhas de atuação de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial brasileiro**. Então a gente já sinalizava que aqui em Campinas, pra gente continuar praticando Jongo, a gente tinha que ter a garantia de se manter na [Fazenda] Roseira.

S: As outras comunidades do estado se juntaram a vocês nessa luta?

A: Não. O Jongo é um patrimônio regional e cada um tem seu Centro de Referência. Nós que quisemos colocar dentro do nosso CR, que é o 1º do estado de São Paulo, a relevância de todas as outras, né. **Porque pra gente não faz sentido falar da gente sem falar dos nossos**. A gente só é uma comunidade jogueira porque tem outras comunidades jogueiras. A gente só é um patrimônio porque tem várias outras comunidades resistindo. E aí a gente quis montar um centro que desse visibilidade tanto pras comunidades do estado de São Paulo, como também pra todo o Jongo do sudeste.

S: Como vocês escolheram aqui e não outro lugar?

A: **Eu acho que foi esse lugar que nos escolheu**. A minha mãe morava aqui do lado há mais de 30 anos. Então nós crescemos brincando à margem da Fazenda

Roseira, porque aqui era um patrimônio particular. Então a ideia do espaço a gente já tinha, porque do quintal da minha mãe a gente via as vacas pastando aqui, os pés de frutas, o girassol. **Fazia parte da nossa paisagem cotidiana olhar pra cá. Mas entender que isso aqui fazia parte de nós foi um processo.** Não foi um projeto que a gente primeiro idealizou no plano psicológico, e aí executou. Não. Nós morávamos aqui, **em 2005 saiu o rumor que aqui ia virar um equipamento público.** Eu lembro que eu já dava aula no magistério e eu já tinha tentado uma vez trazer alunos aqui e os proprietários não deixavam. Eu achava um absurdo ter um lugar bonito desses e as pessoas não poderem ver. Então quando surgiu o rumor que aqui ia virar um equipamento público, eu acho que as nossas almas, de um modo geral, aqui do entorno, a relação com o lugar. E o medo do desaparecimento dele né? Pq todo mundo já chegou no bairro. Então a gente não viveu o processo do que é construir um bairro e o processo agressivo que é você esvaziar para construir um novo. A gente só viu isso agora. Porque o Ipaussurama tem acho que mais de 20 anos, o Vila União... Todos esses bairros aqui tem mais de 20, 30 anos. Então quando a gente chega aqui são bairros consolidados. E aqui não. **Aqui a gente viu derrubar árvore, aqui a gente viu abrir rua, e aqui a gente viu as torres subirem. Então foi muito impacto né.** Porque você tá num lugar que antes era tudo verde, daí um dia você chega no seu bairro e você não vê árvore. Você fala: "Gente, cadê as árvores? Será que eu moro aqui mesmo?" Até você se ambientar, se localizar. Todo esse impacto a gente viveu agora. E aqui os prédios chegaram, nós já estávamos aqui há 7 anos. Então quando eles chegam, inclusive pra fazer o muro, no projeto deles tinha que fechar nossa porteira. Porque no desenho do projeto deles, a área *pra* dar a área que eles diziam que eles tinham, fechava nossa porteira. E aí a gente também teve a oportunidade de vivenciar o que é quando você tá numa comunidade que tem acesso à informação. Porque eu me tornei urbanista por causa da ocupação da Roseira, eu era historiadora. A minha formação de graduação é História. Eu saio da História e vou *pro* urbanismo, porque quando eu chego aqui eu me deparo em um monte de leis, que eu não entendia. E como liderança do Jongu eu pensava: "Se eu vou ter que estudar pra defender a minha comunidade, e eu amo estudar, então vou juntar o útil ao agradável". Por isso que meu mestrado é sobre a ocupação da Roseira. É o registro daquilo que a gente *tava* vivenciando naquele momento. E eu termino o mestrado sem ter a permissão de uso. Então ainda é um projeto em curso. Eu defendo a dissertação, mas a gente

ainda não tinha a formalização. Eu defendi em 2011 e a gente conseguiu implementar a lei de patrimônio imaterial em Campinas em 2013. A permissão de uso, só em 2015. Então pra eu poder falar de gestão cultural desse espaço, do Centro de Referência do Jongo Dito Ribeiro, é falar de um processo de 3 anos. Que é quando a gente tem a permissão de uso e é quando a gente pode começar a planejar, projetar. E não só defender. A gente sai da defensiva. Porque de 2008 até 2015, todo dia era um novo dia, a gente não sabia o que seria esse dia.

S: Vocês ficaram ocupando diariamente?

A: Várias possibilidades. Desde ficar aqui, como ainda hoje a gente às vezes fica, como o rodízio.

S: Quem participou dessa ocupação?

A: Aaa, várias pessoas né. Porque a nossa comunidade ela tem uma história muito bonita. **Eu começo a recuperar a memória do meu avô Benedito Ribeiro em 2000.** E a prática do Jongo na minha família ficou adormecida por mais de 40 anos. **Então o processo de recuperar essa memória já se deu em contato com o outro.** Por isso que eu tô sempre muito tranquila em dizer que o Jongo... **A nossa comunidade se pauta pela ancestralidade.** E todas as pessoas que fazem parte da nossa comunidade... Elas efetivamente são jongueiras porque foi a ancestralidade que as trouxe aqui. Não necessariamente o laço sanguíneo. Porque a minha mãe, filha de Dito Ribeiro de fato. Eu sou neta. Minha filha é bisneta. **Mas não foi só essa relação de sangue que fez o Jongo voltar a pulsar. Mas a relação com muitas pessoas que também passaram a amar e a vivenciar o jongo conosco.** E desse encontro, trouxe um trânsito. Então por exemplo. O Jongo acontecia aqui no Roseira, no quintal da minha mãe. Mas as festas do Jongo já aconteciam em Barão Geraldo, porque era o único lugar da cidade que a gente tinha um espaço como esse *pra* acolher as pessoas pra fazer nossas festas, que ficaram muito grandes, muito rápido. **O primeiro arraial dentro da casa da minha mãe, que foi uma atividade que teve 100 pessoas, no primeiro arraial fora da casa da minha mãe em 2004, já tinham 800.**

S: Em um ano?

A: Em um ano. Porque eu penso que **o Jongo foi o primeiro grupo cultural em Campinas que não rompeu os vínculos com a ancestralidade. As nossas festas, desde a primeira, tem festa e tem reza. A gente nunca separou a festa da reza e da ação social política. Tudo sempre fez parte da mesma prática. O Jongo é uma dança de resistência. Tudo que a gente canta no Jongo tem a ver com o que nos aflige, ou com o que a gente quer defender, ou com o que a gente quer avançar. Não é descolado, né.**

S: Tem tudo a ver com o sagrado.

A: É... O sagrado é parte da prática. **Eu acho que essa junção né, do sagrado, festivo e político fez a gente atrair tantas pessoas e ao mesmo tempo ir pensando gestão.** Porque a gente tinha que gestar desde a festa. Uma festa de 100 pessoas que tinha como objetivo tomar canelinha e servir canja, você faz canja pra 100 e chegam 800. Aí a gente tem o primeiro evento né. **O primeiro projeto que a gente teve que gestar foi o Arraial do Jongo**, que passa anualmente um público médio de 5.000 pessoas. Você receber 5.000 pessoas é uma gestão. De segurança, de comida, de música, de programação. **A gente foi aprendendo fazendo.** E o chegar na Roseira foi igual. **A gente foi aprendendo a cuidar daqui, cuidando.** Não tinha um projeto. **A gente tem que registrar tudo. A gente registrava tudo, não porque a gente sabia que era importante o registro. Mas primeiro a gente tinha que registrar tudo pra nos defender pra inclusive mostrar que quem estava nos depredando não éramos nós. A nossa defesa era o registro.** Então foi muito bem registrado... E divulgar, a gente divulgava com as mídias sociais porque a gente tava se sentindo oprimido, então a gente tinha que falar com os nossos o que acontecia aqui. **Então essa boa relação que a gente tem com as nossas redes é porque é através delas que a gente gritava.** Porque olha onde a gente tá né. A gente não escuta às vezes nem carro, agora escuta mais... Como que a gente fala socorro daqui se não tiver muita gente realmente preocupada e conectada de alguma forma?

S: Vocês usaram a tecnologia para se conectar e por uma questão realmente política, a princípio né? Não para divulgação de eventos.

A: Não, a divulgação de eventos foi um outro processo. **Foi quanto ação política e de sobrevivência. As pessoas tinham que saber que a gente estava aqui.** Porque se acontecesse alguma coisa com a gente aqui... **Olha a gente mora em uma cidade que até hoje não se sabe quem matou o prefeito. A realidade de Campinas é essa. É a cidade que foi a última a abolir a escravidão, é a cidade que ninguém sabe quem matou Toninho, é a cidade que coisas acontecem. Então você estar em um lugar de transformação social em uma cidade que tem uma estrutura de opressão muito constituída, a sua salvação é tornar o mais visível possível, com o máximo de pessoas possível, do que você está fazendo.**

S: Tem a ver com o que vivemos agora. Acho que a saída é essa do coletivo né?

A: É se encontrar e fazer junto. Porque sozinho a gente não dá conta. **Então tudo que a gente vivencia e materializa aqui é porque tem muitas pessoas envolvidas. Tanto coletivos, mas pessoas: que nos olham, que nos ouvem, pessoas que se identificam com a nossa causa e nos ajudam a caminhar.**

S: E a relação de vocês com o poder público? Como que foi e como é?

A: Desde o começo a gente tinha... Eu nunca vi o poder público, no processo de recuperação da memória do Jongo, como meu inimigo. Eu nunca olhei o poder público como uma parede, **eu sempre olhei o poder público como pessoas que desenvolvem funções.** Então, eu nunca tive problemas de me comunicar com pessoas. Eu acho que as vezes o nosso equívoco no movimento social é ver o poder público só como oposição e esquecer que ele é feito de pessoas. São pessoas! **O poder público é executado, desenvolvido, por pessoas que comem, respiram, que tem dores, como nós.** Então eu sempre tive esse olhar de: se são pessoas como eu, a gente tem que conseguir uma comunicação.

S: E como qualquer organização que é feita de pessoas com opiniões diversas...

A: Tem pessoas que são favoráveis, tem pessoas que são contrárias. Então **a gente fez o nosso caminho com diálogos**. Nunca fomos... Tudo que a gente fez, a gente formalizou para o poder público que tinham pessoas que liam. O prefeito é pessoa, o secretário de cultura é pessoa, todo mundo é pessoa e nós somos pessoas. Então o que nós pessoas podemos fazer dentro dos lugares que nos encontramos, né. Eu, enquanto movimento social, sei que eu posso ir pra John Boyd, posso fazer protesto, pôr bandeira, gritar, soltar bomba, tenho um conjunto de coisas que eu posso fazer... Posso fazer críticas na mídia. É o que me cabe enquanto movimento social e quando me sinto incomodada. **Ah, você, poder público, quanto gestores, têm uma estrutura que pode ou não dar conta do que eu tô solicitando, que pode facilitar ou dificultar bastante o nosso diálogo. E nesse processo foi uma montanha russa.** Encontramos muitas pessoas que queriam construir, muitas pessoas que não queriam, e eu acho que por isso que demorou 7 anos. **Mas dentro da nossa cosmovisão africana, o número 7 é muito simbólico né. Porque se você é iniciado num ritual religioso, você só passa a nascer de fato para o mundo após os 7 anos. E foi exatamente o tempo que demorou a nossa resistência. De 2008 a 2015. A gente teve a nossa alforria, quando concluímos 7 anos. Então agora temos novos 7 anos. Então com toda essa dificuldade que o país se encontra agora, dentro da minha alma tem uma calma, porque a gente tá num novo ciclo de 7 né. E desse novo ciclo de 7 eu ainda tô no terceiro, tem 4 que eu vou pegar esse novo governo. Não posso passar a carroça na frente do boi. Vamos ver afinal que boi é esse, eu não sei. Que poder público será esse? Eu não sei. Ah disseram, falaram. O que a gente mais vive enquanto movimento social é o disseram, falaram. Agora de fato, né, o que podemos fazer de fato? O que nós podemos fazer de fato, o que o outro pode fazer de fato? Então, é tudo novo. E aí, tivemos esses 7 anos de construção dessas coisas, que é quando todos aqueles projetos nascem.** Aquelos projetos que estão lá, nascem nos 7 anos. Uns mais antigos, outros menos antigos. Por exemplo, o Arraial do Jongo tem 15 anos. Nós estamos há 10 aqui, então já tinha 5 antes de chegar aqui. Na casa da minha mãe e em outros espaços. “Feijoada da Maria do Jongo” tem 13 anos. Então se nós estamos fazendo 10 esse ano aqui, ela tem 4 edições antes daqui. **O único projeto que nasceu diretamente aqui, que acompanha o nosso nascimento, é esse: “Sou África em Todos os Sentidos”.**

Que esse ano ele faz 10 anos, que foi o contato da nossa chegada aqui, que ele nasceu. Porque o **“Sou África” é quando a gente demonstra essa nossa rede.** É quando a gente chamava todos os parceiros para fazer ações conjuntas aqui no mês de novembro. É o único que é daqui, que nasceu aqui na casa. E outros que foram desdobramentos. Então por exemplo, o Roteiro Afro na Roseira tem a ver com o documentário que fala...”Raízes da Roseira”.<https://www.youtube.com/watch?v=ZrdMHQG_mJ0&t=3s>. É um doc de 2010.

A: Em 2011 a Roseira já era da prefeitura, então tinha uma guerra também interna, de qual secretaria que ia ser efetivamente a dona dessa área. Nossas ações todas eram direcionadas à cultura, que a gente sempre entendeu que a cultura era nossa finalidade essencial. Mas a gente também dialogava com a Secretaria de Turismo, e é quando a gente ajuda... A gente vai lá para pedir para inserir a Roseira no Roteiro Afro, e a gente descobre que tinha um Roteiro Afro que eles não estavam conseguindo implementar. **Então a gente potencializou forças. Eles tinham um Roteiro Afro pré-estabelecido, e a minha contribuição nesse roteiro foi falar: “O único problema que o roteiro tem é que ele fala só de monumento, não fala de pessoas”.** E aí o **Roteiro Afro de Campinas passa a falar de monumentos e de espaços culturais.** Então quando você conhece o roteiro, vão ter espaços que você pode visitar, mas tem a Roseira, tem a Tainã, tem o Embaú, tem ainda núcleos de resistência da cultura negra que você também pode visitar e conversar com as pessoas. Então a Secretaria de Turismo... Isso foi em 2010. A Secretaria de Educação, quando começou o Programa Mais Educação (PME), eu acho que ele é de 2010 também, nós fizemos uma parceria com o programa municipal, para que as escolas viessem para cá ter formação da Lei 10.639, de 2003 sobre o Ensino da História e Cultura Negra/Africana, nas escolas, e desde esse momento a gente trabalha com professores e crianças. Então a Roseira foi o primeiro equipamento público municipal, de **gestão compartilhada com a sociedade civil**, que atendia o PME, só para falar desse assunto específico: educação étnico racial. Nós fomos os primeiros. Então a gente foi estabelecendo... Com a SEPPIR, que é a Coordenadoria Especial da Igualdade Racial (<http://www.seppir.gov.br/>), a gente também fez bastante coisa juntos. Então a gente foi fazendo redes com

determinados espaços e gestões e ações do poder público que a gente entendia que tinha diálogo.

S: Vocês tiveram problemas nas trocas de gestão?

A: Sempre. Sempre tem problema né. Sempre tem uma gestão mais sensível, uma gestão um pouco mais endurecida. **Mas nunca deixamos de dialogar, independente da gestão, o que foi muito bom.** Porque, por exemplo, talvez, por conta de a gente sempre se manter em **movimento** e em **diálogo**, que mesmo tendo um prefeito que aparentemente poderia ser muito contraditório, foi o prefeito que assinou nossa permissão de uso que é o Jonas Donizette.

S: Mas foi desafiador o diálogo com ele?

A: Não... Dos desafios, o diálogo com ele foi um dos mais fluidos. Porque a gente já tinha construído uma história, um caminho. Então a gente chega em contato com o prefeito pela primeira vez em 2012, junto com o Instituto de Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), pra pedir para que ele criasse uma lei no município de patrimônio. **E ele concorda, né. Na época ainda tinha uma discussão se ia ser decreto ou lei e ele foi super aberto e falou, não, faz a lei.** Desse diálogo, o IPHAN, a superintendência, pergunta se é possível pensar, na segurança, na salvaguarda da comunidade no município, **e se propõe que se o município garantisse a permanência do jongo na fazenda roseira, o IPHAN ajudaria a implementar o CR.** E isso se deu. A gente teve a permissão de uso e o IPHAN nos ajudou estruturalmente, a partir de edital público, a implementar o CR. E todo o processo de pesquisa nas comunidades fomos nós que fizemos. Nós que visitamos as 12 comunidades de Jongo de São Paulo, nós que escrevemos sobre elas, nós que propomos. Então assim, foi muito bonito ter esse espaço de autonomia quanto detentor de patrimônio cultural, dialogando com seu próprio bem. De diálogo com seu próprio bem, né. **A gente pôde fazer a política de jongueiro para jongueiro.** Não tinha atravessadores. Os pesquisadores éramos nós, quem registrava éramos nós, os fotógrafos éramos nós, as escolhas da temática éramos nós, que resultou nesse material [revista das comunidades do Jongo de SP]. Que por isso que acabou tomando essa dimensão de repercussão e de ser o primeiro.

S: E o contato com o MinC, como foi?

A: Olha, o MinC, mesma coisa quanto o poder público municipal. Mas com o MinC, também tivemos diálogo. **O Célio foi fundamental. Quando você perguntou da rede, né. O Célio esteve aqui no dia do enfrentamento. Ele era secretário da cidadania e eu lembro que a gente pergunta: “Célio, você acha que nossa luta tem a ver com Ponto de Cultura?” E ele: “Ah, com certeza. Isso que pra gente é ponto de cultura”.** E aí, acho que no ano seguinte, abriu o edital de Pontos de Cultura do estado de São Paulo. **Nós concorremos com o projeto “Duas Marias e uma Edith” e entramos.** O Ponto de Cultura, ele é um reconhecimento de que no lugar existe cultura, da perspectiva filosófica. Mas quanto gestão, ele é um edital público que pode ter duração. Na época, os editais de Ponto de Cultura tinham 3 anos. E você recebia por 3 anos um recurso de 60 mil [reais] por ano. Na época foi esse valor. Porque o edital que está aberto agora já não é mais isso. É uma parcela única de 60 mil né.

[Alessandra fez parte da comissão do edital dos Pontos de Cultura municipal]

[O financiamento do edital dos Pontos de Cultura valeram só pelos 3 anos, e a partir daí a Roseira passa a integrar a Rede Estadual de Pontos de Cultura]

A: É que é importante entender qual que é a política do Ponto de Cultura. O que é Ponto de Cultura? **Primeiro é um reconhecimento de lugares e comunidades que já desenvolvem práticas culturais. Então qual foi a política? Pensar que se tivesse um recurso para fomentar esses lugares, eles seriam agentes multiplicadores de autonomia de alta escala. Se sem recursos eles já faziam coisas, se o estado tivesse a responsabilidade de injetar por um período um recurso, a tendência é que aquilo desse um salto.** Então a forma de contato do poder público, o Estado, com a política pública com as comunidades é via edital público. E esse edital tem que ter uma duração. Agora o fato de o edital ter uma duração de recurso, não significa que você deixa de ser Ponto de Cultura. Quem é Ponto de Cultura, é pra sempre. Então a gente faz parte da Rede de Pontos de Cultura, pra sempre. Mas o recurso não. E uma vez você ponto, não importa o âmbito. Por exemplo, a Tainã, ela é em âmbito federal.

S: Quem são os frequentadores daqui?

A: Olha, são muitos projetos. Teria que pegar um a um para entender a dinâmica. Mas de modo geral, existe dentro da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, algumas pessoas que são gestoras da Casa de Cultura. Porque *pra* nossa comunidade aqui é um projeto. **Nós não nascemos com a casa, a gente já existia antes da casa. A casa, pelo nosso olhar, é um projeto que a gente gesta. Ela não é a gente. O Jongo é o guarda chuva. A Casa de Cultura Fazenda Roseira é um dos projetos do Jongo Dito Ribeiro.** Então o CR Jongo Dito Ribeiro é um projeto do Jongo Dito Ribeiro. Não é o inverso como às vezes as pessoas acham. **Pq a gente já existia antes da casa, a casa é mais uma coisa. Que se tornou agora o nosso território.** Que a partir do momento que a gente chegou aqui a gente enraíza e reestrutura e reorganiza outras coisas, mas é o Jongo que dá esse tom, não a casa que dá o tom pra gente.

S: É tipo o Orixá de frente?

A: É. O Jongo que é o pai da cabeça, né. Os outros são padrinho, madrinha, filho, agregado e vai embora. E aí, assim, a gestão prática. **Nós abrimos aqui de terça a sexta e aos finais de semana, de acordo com nossa agenda da comunidade, das nove da manhã às cinco da tarde, é o horário padrão de funcionamento.** De terça a sexta, das 9h às 17h aqui vai ter alguém. Cada dia da semana é um voluntário que gesta a casa e com isso é uma ação. Então terça-feira são as ações ambientais, quarta-feira são as ações estratégicas de planejamento; de modo geral a gente tá trabalhando projeto, alguma coisa assim. Quinta-feira é o dia de gestão física da casa: é contar quanto tem de papel higiênico, material descartável, botijão de gás, café, açúcar; estrutura. É o coração. “Tem lâmpada?” Tem, não tem, queimou. Tem que comprar lâmpada grande, lâmpada pequena. Essa gestão é na quinta. E na sexta-feira, é o dia que é mais fluido, que normalmente a gente tá trabalhando mídias sociais. É quando a gente atualiza blog, páginas, faz divulgações mais intensas. Sábado, normalmente é o dia de convívio, que é o único dia que a gente consegue ter mais gente do Jongo aqui. Que todo mundo trabalha, estuda, tem casa, família. Então quando que a gente consegue reunir o Jongo? Aos sábados. E aí é por isso que o “Pisa na Tradição”, que são as vivências das rodas

de Jongo, acontecem aos sábados que é quando a gente tá aqui. E também são aos finais de semana que a gente faz atividades e apresentações em outros espaços. Porque o recurso... O maior recurso da manutenção da nossa estrutura são das vendas das nossas apresentações artísticas. É o nosso cachê que mantém a casa, é o nosso cachê que mantém nossos projetos, é o nosso cachê que mantém as galinhas, é o nosso cachê que compra mudas. E o nosso cachê do Jongo é do Jongo, não é dos integrantes do Jongo. Então tudo que a gente recebe vai pra esse caixa que gesta os projetos do Jongo. **E hoje, é óbvio, o projeto que demanda mais estrutura e atenção nossa é a nossa relação com a casa.**

S: Vocês conseguem se manter bem com os cachês?

A: Não. A gente efetivamente tem que participar de editais públicos *pra* captar recursos: ProAC e outros, quanto a gente, efetivamente precisa do suporte da Secretaria de Cultura e de secretarias *pra* ajudar a manter o projeto. Então a Secretaria de Cultura é fundamental, porque ela é co-gestora direta do equipamento que é dela né. **Porque o equipamento eternamente é público.** A permissão de uso é nossa. A gestão é nossa, mas o prédio ele não é uma herança do Jongo. Então a gente tem regras de uso e co-responsabilidades. Então por exemplo, “Ah roubou o fio”. Não é um problema do Jongo que roubou o fio e a gente entende que não é só problema da prefeitura. É um problema nosso. Então a gente tenta resolver juntos. **Água, luz é a Secretaria de Cultura que mantém aqui. A internet é a Secretaria de Cultura.** Em compensação os alarmes somos nós que mantemos, há mais de 7 anos, nós que pagamos. Todo o alarme aqui da casa, todo o cercamento refeito fomos nós que pagamos, a pintura fomos nós que pagamos, a manutenção de modo geral. **Então ainda é bem precário, a gente quer melhorar isso.** Como efetivamente a gente tá pensando gestão só nesses 3 anos, agora a gente criou um grupo de trabalho *pra* elaboração do Plano de Salvaguarda da nossa comunidade. E nesse grupo de trabalho, tem poder executivo, tem sociedade civil, que é todo mundo nessa mesa pensando como que a gente salvaguarda o Jongo, que é um patrimônio cultural do município, e quem faz o quê. **E a ideia desse plano é efetivamente a gente conseguir estabelecer essa divisão de tarefas.** Então por exemplo, quando teve o incêndio, o grupo pensou estratégias de replantio, né, e isso é muito legal, porque a gente não fica mais sozinho. Sociedade civil,

movimentos sociais, eles acabam gestando conosco, e nos ajudam a pensar estratégias.

S: Vocês já tem uma rede forte né?

A: Ah, temos. Uma rede que é identificável, que a gente pode apontar alguns parceiros, mas tem também uma rede... Porque a nossa comunidade hoje é uma referência de Jongo, né. Por conta dessa dimensão de ser a única comunidade no Brasil de patrimônio... Dentro dos 15 anos da Política de Salvaguarda, nós basicamente nascemos nesse período, a gente tá colado com a Política de Salvaguarda desde o início e é a única comunidade no Brasil que tem um equipamento público de gestão para o patrimônio imaterial, para a salvaguarda. Então eu estive no mês passado em Cusco, no Peru, representando o Brasil como patrimônio cultural imaterial, pra falar dessa experiência do Jongo. Tanto do Jongo do Sudeste como patrimônio, mas essa micro-experiência da nossa comunidade. Era um encontro organizado pelo Crespial, que é aquele Centro de Referência da América Latina da Unesco, que dialoga sobre o patrimônio imaterial. E eles fizeram o primeiro encontro de lideranças comunitárias de bens registrado... De patrimônio cultural imaterial, na verdade.

S: Quem mais foi do Brasil?

A: Tinham 9 países da América Latina. Eu representando o Sudeste e o Rosildo, representando o Samba do Recôncavo Baiano que também é o único patrimônio brasileiro que tem dimensão de patrimônio da humanidade.

APÊNDICE C – Diário de Campo de Observação Participante

DATA	EVENTO	PEQUENA REFLEXÃO
27/10/2018	Samba da Re Existência	O samba foi uma das frequentes festas realizadas pela comunidade do Jongo na Fazenda Roseira. A programação contou com apresentação do Jongo e shows de samba com Aureluce Santos, que é uma sambista conhecida na cidade e parceira do pessoal do Jongo, e demais bandas. Houve venda de bebida e comida na festa para arrecadar verba para a gestão do local. A festa é frequentada por um público específico que costuma estar sempre nos eventos de lá. Havia bastante gente na festa. Caracteriza um ambiente intimista, de união e revolução.
01/11/2018	1ª Gira Aberta do CEMA (Terreiro de Umbanda Mãe Cambinda e Cabocla Jurema)	A gira foi decorada nos mínimos detalhes, e preparada com todos os fundamentos da Umbanda. Foi pequena, e percebeu-se que não foi muito divulgada, pouca gente sabia do evento, porém todo o espaço de assentos estava ocupado.
09/01/2019	Reunião Comunica Roseira	Nesta reunião ficou muito clara a ideia da matriz africana e cosmologia africana da espiritualidade permeando todos os assuntos da vida. Tudo que é discutido pelo grupo do Jongo, tudo que é gestado, vivido e planejado está dentro da visão cósmica, e pela religião das gestoras ser a Umbanda, elas acreditam na força dos Orixás que está

		<p>presente em todos os momentos. Elas desejam transmitir isso aos visitantes e buscam um meio mais simples de fazer as pessoas menos conectadas com a cultura africana entenderem a grandiosidade da cultura dos orixás e sua abrangência na vida deles. O Jongo não é ligado a nenhuma religião específica, apesar de a maioria dos grupos criar pontos com santos ou orixás. Depende da identidade da comunidade e se permitem ou não inserir tais assuntos.</p>
	<p>Reunião com TC, liderança da Casa de Cultura Tainã</p>	<p>Na conversa com TC, liderança da Casa de Cultura Tainã, também Ponto de Cultura do município de Campinas/SP, pode-se perceber a relação de proximidade entre a Casa de Cultura Fazenda Roseira e a Tainã. Na mediação, Neander, integrante do coletivo NINA (Núcleo Interdisciplinar de Narradores e Agentes Culturais), também integra o grupo de agentes culturais da cidade de Campinas, atuando na Utilidade Pública da cidade, na parte cultural. TC tem uma visão de cultura e de gestão bem distinta da visão de Alessandra. Ele lidera uma orquestra de tambores de aço, com parcerias em Trinidad Tobago, e foca bastante na Psicologia Social Africana, dizendo que ela integra espiritualidade e energia. Ele ainda garante que se o serviço público e a sociedade civil se atentassem a isso, muitos</p>

		<p>problemas sociais seriam resolvidos. Seu modo de trabalho é mais orgânico e com longos debates e discursos sobre o status quó social e sobre parcerias e relações, que impulsionam os trabalhos alheios.</p>
--	--	---